

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2024

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

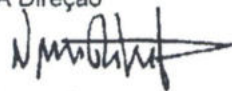
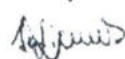
BALANÇO

Peso da Régua, 31 de Dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	D A T A S	
		31-12-2024	31-12-2023
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	642.914,62	675.904,99
Investimentos financeiros		1.906,40	1.906,40
		644.821,02	677.811,39
Ativo corrente			
Inventários	6	38.120,84	38.182,07
Créditos a receber	9	398,98	9.810,09
Estado e outros entes públicos	9	344,83	94,79
Diferimentos		3.372,05	4.045,53
Outros ativos correntes	9	58.285,64	62.742,12
Caixa e depósitos bancários		38.356,69	16.699,69
		138.879,03	131.574,29
Total do ativo		783.700,05	809.385,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		456.029,67	456.029,67
Resultados transitados		-25.517,27	-20.691,23
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8.1	235.330,42	244.199,36
	9.3	665.842,82	679.537,80
Resultado líquido do período		-50.445,08	8.894,00
Total dos fundos patrimoniais		615.397,74	688.431,80
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	701,12	
Estado e outros entes públicos	9	12.848,70	11.183,36
Diferimentos		86,88	304,41
Outros passivos correntes	9	154.665,61	109.466,11
Total do passivo		168.302,31	120.953,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		783.700,05	809.385,68

A Direção

O Contabilista Certificado,



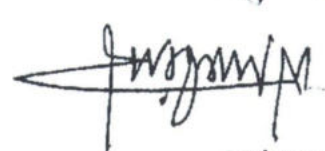
PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	2024	2023
			PERÍODOS	
Vendas e serviços prestados Subsídios, doações e legados à exploração Resultado das mercadorias vendidas e das matérias consumidas Fornecimentos e serviços externos Gastos com o pessoal Outros rendimentos Outros gastos	Rendimentos antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos	7.1 - b)	497.249,06	92.627,45
	8.2		104.637,89	499.998,43
	6.2		-62.246,47	-53.802,11
	7.1 - c)		-62.936,88	-53.837,58
	10.3		-504.428,14	-457.489,07
	7.1 - c)		21.231,94	20.814,55
	-10.545,17		-5.575,83	
	7.1 - d)		-17.037,77	42.735,84
	-32.990,59		-33.389,54	
	-50.028,36		9.346,30	
	-416,72		-452,30	
	-50.445,08		8.894,00	
	50.445,08		8.894,00	
	Resultado líquido do período			

A Direção,



O Contabilista Certificado,



ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2024



1 - Identificação da entidade:

- 1.1- O **Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho** com N.º P.C. 500879443 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.
- 1.2- Tem a sua sede na Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, no lugar de Ariz, da freguesia de Godim, concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real.
- 1.3- Desenvolve a sua atividade nos termos dos seus estatutos, dando apoio à infância e à juventude, através das valências da creche, pré-primária e atividade de tempos livres.

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1- As demonstrações financeiras em análise são consistentes de um período para o outro, quer a nível da sua apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, tendo como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, contextualizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).
- 2.2- Na sua elaboração não foram dadas quaisquer disposições definidas na Norma e a sua estrutura manifesta de forma fidedigna a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição, cujos conteúdos e quantias são manifestamente comparáveis com os do período anterior.

3- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

- a) Com a apresentação das suas demonstrações financeiras a entidade pretende proporcionar aos seus utilizadores, de modo fiável e transparente, toda a informação útil para a sua eventual tomada de decisões. Para isso, preparou-as de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes da Estrutura Conceptual (EC) num escrupuloso respeito por todos os princípios emanados da correspondente Norma (NCRF-ESNL). Nesse contexto, a semelhança dos períodos anteriores, são de salientar designadamente:
 - O pressuposto da continuidade, que assenta na informação disponível e nas expectativas esperadas no futuro relativamente à manutenção e desenvolvimento dos objetivos para que foi instituída;
 - a consistência na aplicação das mesmas políticas contabilísticas em relação a períodos anteriores;
 - o regime do acréscimo, segundo o qual os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando se evidenciam independentemente da ocorrência dos fluxos de caixa;
 - a materialidade e a agregação que se traduz na apresentação separada das diversas classes de itens atendendo à sua materialidade e semelhança;
 - a ausência de qualquer compensação entre ativos e passivos ou rendimentos e gastos,
 - não ignorando a desejável comparabilidade das demonstrações financeiras no que concerne à quantificação e conteúdo dos seus itens.
- b) Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas para além das que decorrem de cada capítulo da Norma.

c) As DF em anexo foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações: segundo as informações e as expectativas do futuro presentemente disponíveis levam-nos a uma convicção positiva relativamente à manutenção da entidade, a qual irá continuar a desenvolver os objetivos para que foi instituída.

3.2 – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Existem itens nas demonstrações financeiras que por não poderem ser mensurados com precisão, são estimáveis mediante a utilização de juízos de valor disponíveis... Na verdade, o uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não diminui a sua fiabilidade. O efeito de alteração numa estimativa contabilística tem vindo a ser reconhecido de modo prospetivo: é aplicável a transações, outros acontecimentos ou condições a partir da data da sua alteração. Neste contexto, a instituição tem vindo a efetuar no final de cada período uma cuidada reapreciação das depreciações do seu ativo fixo tangível, as quais apesar de seguirem na sua generalidade as tabelas preconizadas pelo Decreto-Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro, merecem alguns ajustamentos, situação verificável no que concerne ao equipamento de transporte. Não foram detetados erros materiais ou imateriais que mereçam reexpressão contabilística.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

no seu capítulo 7, prescreve orientações para que os utentes das demonstrações financeiras possam colher a informação necessária acerca do investimento da entidade no seu imobilizado corpóreo e bem assim as suas respetivas alterações. Nesse contexto, ponderadas as condições de reconhecimento do item, procede à sua mensuração e após a dedução das respetivas depreciações, evidencia-o no ativo do seu balanço. Passa-se a divulgar, em cumprimento da Norma, as rubricas consideradas como mais relevantes:

4.1 – Mensuração, depreciações e vidas úteis:

a) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade. Os custos subsequentes relacionados com estes itens são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As meras despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gastos do período à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática de período para período, durante a sua vida útil, segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a menos que ocorra alguma alteração significativa no modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos associados a esse ativo.

Em cada período é feito o seu reconhecimento como gasto o qual é evidenciado na Demonstração de Resultados por Naturezas.

Os terrenos não são depreciados.

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Regularizações	Transferências	Depreciações	Quantia escriturada final
Terenos e recursos naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e outras construções	643 141,55		- 0,21		31 382,71	611 758,63
Equipamento básico	2 805,26		-706,23		372,76	1 726,27
Equipamento de transporte	3 792,75				541,45	3 251,30
Equipamento administrativo	1 070,25		10,60		481,66	599,19
Outros ativos fixos tangíveis	155,29		696,06		212,01	639,34
Total	675 904,99		0,22		32 990,59	642 914,62

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período:

Descrição	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Terenos e recursos naturais	24 939,89	00,00	24 939,89	24 939,89	00,00	24 939,89
Edifícios e outras construções	1 563 528,55	920 387,00	643 141,55	1 563 528,55	951 769,92	611 758,63
Equipamento básico	165 541,36	162 736,10	2 805,26	165 541,38	16 3 815,11	1 726,27
Equipamento de transporte	101 747,34	97 954,59	3 792,75	101 747,34	98 496,04	3 251,30
Equipamento administrativo	29 688,96	28 618,71	1 070,25	29 688,96	29 089,77	599,19
Outros ativos fixos tangíveis	10 868,98	10 713,69	155,29	10 868,98	10 229,64	639,34
Total	1 896 315,08	1 220 410,09	675 904,99	1 896 315,10	1 253 400,48	642 914,62

d) Quantia bruta escriturada e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Descrição	Taxas
Edifícios e outras construções	2,00
Conserv. e benfeitorias nos edifícios	10,00
Equipamento de transporte	8,33
Equipamento administrativo	10 - 33,33

Taxas estimadas por grupo dos bens:

Na determinação da vida útil dos bens, a qual começa quando estes estejam disponíveis para uso, isto é, na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida, é ponderado o seu uso esperado e o desgaste normal provável, utilizando-se para o efeito o definido no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

4.2 - Ao serviço da instituição não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos em quantias revalorizadas.

5-Ativos intangíveis

Um ativo intangível é um item identificável, sem substância física, que se espera que seja usado durante mais do que um período. A instituição possui um software certificado de faturação, atualizável anualmente, contudo não figura no ativo do seu balanço por se encontrar totalmente amortizado.

Descrição	Situação inicial			Situação final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Software	556,72	556,72	0,00	556,72	556,72	0,00

6- Inventários

Os inventários englobam os bens oferecidos por mecenas, tratados contabilisticamente como mercadorias e as matérias-primas destinadas à sua alimentação.

6.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e referência à fórmula de custeio usada:

Na contabilização dos inventários foi respeitado o capítulo 11 da NCRF-ESNL que preconiza o seu tratamento como um ativo. No caso concreto da instituição a sua mensuração tem vindo a ser ao preço de custo: este compreende o valor de compra e os respetivos impostos não subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais, no contexto de Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de Julho, para além de outros custos diretamente atribuíveis.

Concretamente, as demonstrações financeiras em análise evidenciam de modo claro, através do balanço, o valor dos inventários em armazém até ao momento do seu desreconhecimento e da demonstração dos resultados por naturezas o gasto consumido.

Relativamente à fórmula de custeio, é de referir que as mercadorias e as matérias primas são identificáveis pela utilização específica dos seus custos individuais, em contexto de inventário permanente, sendo elaborado mensalmente uma listagem, através da contagem física dos bens, na qual é evidenciada a quantificação real e a respetiva valorização do gasto mensal.

6.2 – Quantia escriturada de inventários em classificações apropriadas e quantia de inventários reconhecida como gasto no período comparativamente com o exercício de 2023:

Movimentos	Exercício 2024		Exercício 2023	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	37 774,58	407,49	37 774,58	147,65
Compras		26 117,59		28 977,17
Reclassificação / Regularização		36 067,65		25 084,78
Saldo final	37 774,58	346,26	37 774,58	407,49
Gastos no período	0,00	62 246,47	0,00	53 802,11

7- Rendimentos e gastos

7.1 - Os rendimentos e gastos decorrentes da gestão quotidiana da instituição são registados no período independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do acréscimo.

No âmbito do seu enquadramento em IVA, a instituição é um sujeito passivo isento ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

- O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela entidade.
- Quantia de cada categoria de rédito reconhecida no período.

Categoria	2024	2023
Venda de bens	180,00	
Prestações de serviços (1)	497 069,06	92 627,45
Total:	497 249,06	92 627,45

Nota (1) – Face à recente adoção da FAQ39 da Comissão da Normalização Contabilística (CNC) que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) segundo a qual as comparticipações pagas à IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, atribuídas como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, o valor deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.

A Demonstração dos Resultados por Naturezas evidencia a divergência de tratamento entre 2023 e 2024: neste, a comparticipação do Estado apenas será considerado subsídio de exploração, e como tal a ser contabilizado na conta 75 – Subsídios de exploração, se ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, com vista somente a suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos).

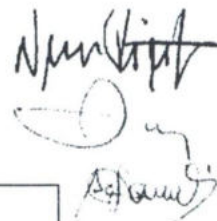
Descriminação do montante dos serviços prestados acima referido:

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	CRECHE	PRÉ-PRIMÁRIA	CATL	TOTAL
721 – Quotas dos utilizadores	7 155,39	47 829,74	9 663,54	64 648,67
723 – Comparticipações S. Social	270 309,48	142 711,10	17 749,81	430 855,39
	277 464,87	190 625,84	27 413,35	495 504,06
722 – Quotizações dos sócios				1 565,00
Soma:				497 069,06

c) Gastos do período:

Nesta rubrica são de realçar as seguintes informações:

- Descriminação dos “gastos” contabilizados na conta 62 – “Fornecimentos e Serviços Externos” com a descrição comparativa dos realizados em 2023 e 2024.



D e s c r i ç ã o	2024	2023
Trabalhos especializados	2 315,63	2 450,82
Honorários	12 488,25	8 988,00
Conservação e reparação	6 459,90	2 696,40
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	692,47	354,00
Material de escritório	1 484,93	1 823,36
Material didático	1 800,64	897,32
Eletricidade	7 921,07	6 553,70
Combustíveis	14 006,96	17 139,96
Água	4 840,83	2 432,31
Deslocações e estadas	24,69	10,00
Comunicação	1 174,29	1 365,44
Seguros	4 648,66	4 621,84
Limpeza, higiene e conforto	3 486,52	4 265,72
Outros serviços	1 592,04	238,71
Total:	62 936,88	53 837,58

ii) Descrição sumária de outros gastos:

D e s c r i ç ã o	2024	2023
Impostos	343,87	319,91
Correções relativas a períodos anteriores	7 655,39	5 223,92
Outros não especificados	2 545,91	32,00
Total:	10 545,17	5 575,83

8- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são auxílios de entidades públicas com vistas ao cumprimento de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade.

A Associação tem vindo a receber subsídios, não reembolsáveis, uns relacionados com ativos depreciables e outros relacionados com rendimentos.

Na sua contabilização é-lhe subjacente o princípio do balanceamento entre rendimentos e gastos com o pressuposto do denominado regime do acréscimo. Nessa linha, são tidos como rendimentos do período no momento e na mesma proporção em que forem reconhecidos os gastos subsidiados.

Os relacionados com os AFT, inicialmente reconhecidos em capitais próprios, são imputados numa base sistemática a rendimentos com o balanceamento das respetivas depreciações. Enquadram-se aqui os obtidos no âmbito do referido no campo 8.1.

Os relacionados com rendimentos (ou à exploração) são reconhecidos na demonstração dos resultados durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados – vd. ponto 8.2.

Handwritten signature and stamp

8.1– Descrição dos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis constantes em “Outras variações nos fundos patrimoniais”

NO BALANÇO	Saldo Inicial	Aquisições no período	Utilização no período	Saldo 31/12/2024
SUBSÍDIOS RELATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
<i>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</i>				
593 – Subsídios:				
Relativos à remodelação e ampliação das instalações::				
Componente PIDDAC	31 922,99		997,60	30 925,39
Componente FEDER.	87 586,46		2 734,76	84 851,70
Componente Pública Nacional	57 889,40		1 808,84	56 080,56
Município do Peso da Régua	32 500,00		2 500,00	30 000,00
	209 898,85		8 041,20	201 857,65
594 – Doações	34 300,51		827,74	33 472,77
TOTAL:	244 199,36		8 868,94	235 330,42

8.2 - Descrição dos subsídios de exploração e doações destinados a compensar os gastos operacionais:

Relativamente ao tratamento de “subsídios de exploração” e “comparticipações no contexto de acordos de cooperação” entregue pelo Estado às IPSS invoca-se o referido acima – vd. ponto 7.1.

No período de 2024 apenas foram reconhecidos os subsídios provenientes do Ministério da Educação tidos como complemento dos encargos com as educadoras da Pré-Escola de 47.151,00 €, do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional de 351, 79€ e de outras entidades no montante de 2.113,04 €..

9– Instrumentos financeiros

9.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

A entidade mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Desreconhece um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida com o contrato é liquidada.

Relativamente aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no respetivo valor nominal.

Descrição comparativa das contas de terceiros:	Exercício de 2024		Exercício de 2023	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Clientes e utentes	398,98		9 810,09	
Fornecedores		701,12		
Estado e outros entes públicos	344,83	12 848,70	94,79	11183,36
Outras contas a receber e a pagar	58 285,64	154 665,61	62 742,12	109 466,11

9.2 – Não foram contabilizados instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

9.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Rúbricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados transitados	-11 797,23	65 115,12	950,00	-75 962,35
Out. variações capital próprio:				
Subsídios	209 898,85	8 041,20		201 857,65
Doações	34 300,51	827,74		33 472,77
Total:	688 431,80	73 984,06	950,00	615 397,74

10 – Benefícios dos empregados

10.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 26

10.2- Número de membros dos Órgãos Diretivos: A Direção é constituída por 6 sócios efetivos; o Conselho Fiscal formado por 3 efetivos e a Mesa da Assembleia igualmente por 3 elementos efetivos. Nenhum sócio é remunerado pelo desempenho das suas funções.

10.3 – Descrição comparativa dos gastos com o pessoal suportados em 2023 E 2024:

Descrição	2024	2023
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas	407 637,44	268 741,41
Encargos sobre remunerações	90 743,42	82 143,48
Seguros ac. trabalho e doenc. Profis.	4 178,36	4 530,28
Outros gastos com o pessoal	1 868,92	2 073,90
Total:	504 428,14	457 489,07

11– Acontecimentos após a data do balanço:

As demonstrações financeiras apresentadas pela instituição foram preparadas numa base sistemática de continuidade não se verificando divergências relativas a acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do balanço.

12–Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida por normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe aqui como exigível.

13 – Outras divulgações

13.1 – A instituição não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social.

13.2 - Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo, quaisquer informações que mereçam destaque para além do acima referido.

O Contabilista Certificado,



A Direção,

